

RELAÇÃO ATUALIZADA DO CONTRATO DA SOCIEDADE “SONAE MC, SGPS,
S.A._____

_____CAPÍTULO PRIMEIRO_____

_____DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJECTO SOCIAL_____

_____ARTIGO PRIMEIRO_____

A sociedade adopta a denominação, SONAE MC, SGPS, S.A._____

_____ARTIGO SEGUNDO_____

Um - A sede social é na Rua de João Mendonça, número quinhentos e vinte e nove,
freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, podendo ser transferida, nos
termos da lei, por deliberação do Conselho de Administração._____

Dois - O Conselho de Administração poderá criar, dentro ou fora do País, as delegações
ou qualquer outra forma de representação que julgue conveniente, nos termos legais._____

_____ARTIGO TERCEIRO_____

A sociedade tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como
forma indirecta de exercício de actividades económicas._____

_____ARTIGO QUARTO_____

A sociedade pode adquirir e ou alienar participações em sociedades de direito nacional
ou estrangeiro, com objecto idêntico ou diferente ao referido no artigo terceiro, em
sociedades reguladas por leis especiais, em sociedades de responsabilidade ilimitada,
bem como associar-se com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas
sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de
interesse económico, consórcios e associações em participação._____

_____CAPÍTULO SEGUNDO_____

_____CAPITAL, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES_____

_____ARTIGO QUINTO_____

O capital social é de mil milhões de euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em mil milhões de acções, ordinárias, do valor nominal de um euro cada uma.

ARTIGO SEXTO

Um - As acções são nominativas.

Dois – As acções são tituladas ou escriturais. A representação dos valores titulados, se existentes, será efectuada nos termos da lei.

Três - Poderão ser emitidas acções preferenciais sem direito a voto, que poderão ser remíveis, pelo seu valor nominal, acrescido ou não de um prémio, se a Assembleia Geral assim o deliberar, devendo, sendo esse o caso, definir o método de cálculo do eventual prémio de remição.

Quatro - No caso de incumprimento da obrigação de remição, a sociedade fica constituída na obrigação de indemnizar o titular, em montante a determinar na data em que se verificar a deliberação da emissão.

Cinco - A sociedade poderá emitir warrants autónomos, nos termos previstos na lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração, aplicando-se-lhes com as necessárias adaptações o disposto nos números um e dois do presente artigo.

ARTIGO SÉTIMO

Um - A sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações, nos termos da lei e nas condições estabelecidas por deliberação dos accionistas ou do Conselho de Administração.

Dois - Poderão ainda ser emitidas obrigações convertíveis em acções de categorias especiais e obrigações com direito de subscrição de acções de categorias especiais.

Três - Na hipótese de ser deliberada pelo Conselho de Administração a emissão de um qualquer dos tipos de obrigações referidos no número anterior, deverão existir as categorias especiais de acções aí mencionadas._____

Quatro - Aplicar-se-ão às obrigações emitidas pela sociedade, com as necessárias adaptações, os números um e dois do artigo anterior._____

CAPITULO TERCEIRO

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ARTIGO OITAVO

Um – O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de três e no máximo de onze, eleitos em Assembleia Geral, tendo o Presidente voto de qualidade._____

Dois - O Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o Presidente, bem como, se o entender, um ou mais administradores delegados ou uma Comissão Executiva, a quem delegará os poderes de gestão dos negócios sociais que entenda dever atribuir-lhe._____

Três – Competirá ao Conselho de Administração regular o funcionamento da Comissão Executiva e o modo como exercerá os poderes que lhe forem cometidos._____

ARTIGO NONO

Um - A eleição de um administrador será efectuada isoladamente, nos termos da lei, entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contando que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de vinte por cento e de menos de dez por cento do capital social._____

Dois - O mesmo accionista não poderá subscrever mais de uma lista._____

Três - Cada lista deve conter, pelo menos, a identificação de duas pessoas elegíveis para cada cargo a preencher._____

Quatro - Se forem apresentadas listas por mais de um grupo, a votação incide sobre o conjunto destas listas. _____

Cinco – O disposto nos números anteriores só será aplicável se a sociedade for considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada. _____

ARTIGO DÉCIMO

Compete ao Conselho de Administração assegurar a gestão dos negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao objecto social para o que lhe são conferidos os mais amplos poderes, incluindo, nomeadamente os seguintes: _____

a) Representar a sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o Conselho de Administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário; _____

b) Aprovar o orçamento e o plano da empresa; _____

c) Tomar de arrendamento, adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quotas ou obrigações; _____

d) Deliberar que a sociedade preste às sociedades de que seja titular de acções, quotas ou partes sociais, apoio técnico e financeiro. _____

e) Deliberar que a sociedade se associe com outras pessoas ou entidades, nos termos do artigo quarto deste contrato; _____

f) Deliberar a emissão de obrigações e a contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional e ou estrangeiro; _____

g) Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas; _____

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Um - Todos os documentos que obriguem a sociedade, incluindo cheques, letras, livranças e aceites bancários, terão validade quando assinados por:_____

a) Dois administradores;_____

b) Um administrador e um mandatário da sociedade;_____

c) Um administrador ou mandatário se, para intervir no acto ou actos, tiver sido designado em acta pelo Conselho de Administração;_____

d) Dois mandatários;_____

e) Um administrador para designar mandatário judicial da sociedade._____

Dois - Os documentos de mero expediente poderão ser assinados por um só administrador._____

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Fica expressamente proibido aos administradores e mandatários obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais._____

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Um - O Conselho de Administração reunirá, normalmente, uma vez por trimestre e, além disso, todas as vezes que o presidente ou dois dos membros do Conselho o convoque, devendo as deliberações que forem tomadas constar das respectivas actas._____

Dois – O Conselho de Administração só pode deliberar se a maioria dos seus membros estiver presente ou representada. _____

Três - As deliberações serão tomadas por maioria de votos emitidos pelos administradores presentes ou representados e dos que votam por correspondência._____

Quatro - Qualquer administrador pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro administrador mediante carta, que explicitando o dia e hora da reunião a que se destina, seja dirigida ao presidente, mencionada na acta e arquivada._____

Cinco – As reuniões do Conselho de Administração podem realizar-se através dos meios telemáticos nos termos previstos na lei. _____

_____ARTIGO DÉCIMO QUARTO_____

Um - Em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição. ____

Dois – Considerar-se-á que um administrador incorre em falta definitiva, quando o mesmo faltar a duas reuniões seguidas ou interpoladas, sem apresentar justificação que seja aceite pelo Conselho de Administração. _____

Três – Na falta definitiva de administrador eleito ao abrigo das regras especiais consignadas no artigo nono, proceder-se-á a eleição. _____

_____ARTIGO DÉCIMO QUINTO _____

Os membros do Conselho de Administração caucionarão o exercício do seu cargo conforme deliberado pela Assembleia Geral que os eleger ou, na falta de deliberação, pela importância mínima legalmente exigida e por qualquer das formas permitidas.

_____ARTIGO DÉCIMO SEXTO_____

A fiscalização da sociedade será exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleitos em Assembleia Geral. _____

_____ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO_____

Um – O Conselho Fiscal é constituído por um número par ou ímpar de membros, com o mínimo de três e um máximo de cinco, a fixar pela Assembleia Geral, devendo existir um ou dois suplentes, consoante a sua composição for de, respectivamente, três ou mais membros. _____

Dois - As atribuições do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas são as que estão especificadas na lei. _____

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Os membros do Conselho Fiscal caucionarão o exercício do seu cargo conforme for deliberado pela Assembleia Geral que os eleger ou, na falta de deliberação pela importância mínima legalmente exigida e por qualquer das formas permitidas.

CAPÍTULO QUARTO

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO DÉCIMO NONO

Um – A participação em Assembleia Geral obedece aos termos prescritos na lei.

Dois - A presença nas assembleias gerais de accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

ARTIGO VIGÉSIMO

Um - A cada acção corresponde um voto.

Dois – Excepto se a lei exigir diversamente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, nos termos estabelecidos na lei e nos constantes do respetivo aviso convocatório.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Um – Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os acionistas poderão votar por correspondência.

Dois – Só serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, se disponível, com pelo menos três

dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da prova da qualidade de acionista nos termos e prazos estabelecidos na lei. _____

Três – A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registrada, ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu documento de identificação e, se pessoa coletiva, ser a assinatura reconhecida com menção da qualidade e poderes para o ato. No caso de se encontrar disponível o envio da declaração de voto por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade. _____

Quatro – Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca: _____

a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita; _____

b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes; _____

c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta. _____

Cinco – Considera-se revogado o voto por correspondência emitido, no caso da presença na Assembleia Geral do acionista, ou seu representante. _____

Seis – Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações quando apresentadas anteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. _____

Sete – Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos. _____

Oito – Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites. _____

Nove – Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação. _____

—————ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO—————

Um - A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social. _____

Dois – A Assembleia Geral poderá ser efectuada por meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respectivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações. _____

—————ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO—————

A mesa da Assembleia Geral será constituída, no mínimo, por um presidente e um secretário. _____

—————ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO—————

A Assembleia Geral reunirá: _____

a) Em sessão ordinária, no prazo fixado na lei para a reunião da Assembleia Geral anual; _____

b) Em sessão extraordinária, sempre que o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal o solicitem ou a requerimento de acionistas que representem, pelo menos, o mínimo de capital social imposto por lei para este efeito. _____

—————ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO—————

Um - A remuneração dos membros dos órgãos sociais será fixada pela Assembleia Geral. _____

Dois - A Assembleia Geral poderá eleger uma comissão de vencimentos, para o cumprimento do disposto no número anterior. _____

_____ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO_____

O mandato dos membros dos órgãos sociais durará quatro anos, sendo permitida a sua reeleição uma e mais vezes. _____

_____CAPÍTULO QUINTO_____

_____DISPOSIÇÕES GERAIS_____

_____ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO_____

O exercício social coincide com o ano civil. _____

_____ARTIGO VIGÉSIMO NONO_____

Um -Aos resultados líquidos evidenciados pelos documentos de prestação de contas anuais, serão deduzidas as importâncias necessárias à formação ou reconstituição da reserva legal, tendo o remanescente, a aplicação que a Assembleia Geral destinar, podendo esta deliberar, por maioria simples, distribuí-los total ou parcialmente ou afectá-los a reservas. _____

Dois- Uma percentagem não superior a cinco por cento dos resultados líquidos do exercício poderá ser destinada a remuneração dos administradores e gratificação dos trabalhadores da sociedade, nos termos deliberados em Assembleia Geral. _____

_____ARTIGO TRIGÉSIMO_____

O Conselho de Administração, obtido o consentimento do Conselho Fiscal, poderá resolver fazer adiantamentos sobre lucros, no decurso de um exercício, nos termos previstos na lei. _____

_____ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO_____

Um - A Assembleia Geral poderá deliberar que o capital seja reembolsado total ou parcialmente, recebendo os accionistas o valor nominal de cada acção ou parte dela. _____

Dois - A Assembleia Geral poderá determinar que, em caso de reembolso parcial, se proceda a sorteio entre os accionistas._____

_____ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO_____

Um - Em caso de emissão de novas acções em virtude de aumento de capital, estas quinhoarão nos lucros a distribuir, conforme for determinado na deliberação de aumento ou na falta de tal disposição, proporcionalmente ao período que mediar entre o último dia do período de subscrição das acções e o encerramento do exercício social._____

Dois - Em caso de aumento de capital por incorporação de reservas, a emissão de novas acções respeitará a proporção entre as várias categorias existentes, sendo pois sempre distribuídas ao accionista acções da espécie por ele detida._____